



Ata da 4ª (quarta) reunião ordinária da 2ª (segunda) Sessão Legislativa da 16ª (décima sexta) Legislatura da Câmara Municipal de Santana da Vargem realizada no dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis. Às dezenove horas do mesmo dia, reuniram-se em sessão ordinária, sob a presidência do vereador Antônio Afonso, os vereadores da Câmara Municipal de Santana da Vargem. A primeira secretária, a vereadora Bruna Renata, realizou a chamada e verificou estarem todos os vereadores presentes. O Presidente declarou aberta a sessão e foi realizada a oração regimental. Iniciando-se o pequeno expediente, foram lidas as atas das duas últimas reuniões, a 2ª (segunda) reunião ordinária e a 3ª (terceira) reunião ordinária. Após a leitura, as atas foram colocadas em votação, tendo sido solicitado retificação da ata da 3ª (terceira) ordinária. Após as correções, as atas foram aprovadas e assinadas por todos os vereadores. Não houve inscritos na tribuna livre. No grande expediente foram apresentadas as seguintes proposições: o **Projeto de Lei Ordinária nº 48 de 2026** que “Altera a Lei Municipal nº 1.937/2025 que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2026 a 2029” e Lei Municipal nº 1.939/2025, que “Estima receita e fixa despesa do Município de Santana da Vargem-MG para o exercício financeiro de 2026, visando a abertura de crédito adicional especial” e o **Projeto de Lei Ordinária nº 49 de 2026** que “Altera a Lei Municipal nº 1.937/2025 que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2026 a 2029” e a Lei Municipal nº 1.939/2025, que “Estima receita e fixa a despesa do Município de Santana da Vargem-MG para o exercício financeiro de 2026, visando a abertura de crédito adicional especial”. Na ordem do dia foram colocadas em discussão e posteriormente em deliberação, as seguintes proposições: a **Emenda e subemenda nº 3 de 2026**: Emenda supressiva nº 1, de 20 de fevereiro de 2026 que “Suprime o artigo 1º do **Projeto de Lei Complementar nº 18**, de 24 de fevereiro de 2025”, a qual foi aprovada por unanimidade entre os votantes; e o **Projeto de Lei Complementar nº 18 de 2025** que “Altera o Anexo Atribuições da Lei Complementar 023, de 31 de março de 2022, que “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo” para criar cargos em comissão, vinculados às Secretarias Municipais”, o qual foi retirado de pauta por pedido do Presidente, o qual colocou o pedido em votação, sendo aprovado por unanimidade entre os votantes, a retirada do projeto. O vereador Everton Paulo pediu para que o fosse lido um Requerimento de sua autoria. A Primeira Secretária leu o requerimento. O vereador Paulo José utilizou seu tempo de fala para compartilhar uma experiência que teve acompanhando o Conselho Tutelar por cerca de 10 a 15 minutos. Ele descreveu a experiência como “nada agradável”, pois presenciou um conselheiro e uma conselheira sendo agredidos verbalmente e, de certa forma, fisicamente. Diante disso, o vereador fez um pedido urgente ao Prefeito para que disponibilize dois seguranças para acompanhar os conselheiros do Conselho Tutelar o mais rápido possível. Ele também convidou os membros do Conselho Tutelar a comparecerem à Câmara na semana seguinte para



compartilhar um pouco do seu dia a dia com os vereadores, a fim de que os demais sintam o que eles enfrentam. O vereador ressaltou que o trabalho deles precisa ser mais reconhecido financeiramente e, principalmente, em termos de segurança, pois o que está acontecendo é “inadmissível”. Ele reiterou a urgência da situação e a necessidade dos seguranças. O vereador Éverton Paulo iniciou sua fala justificando o Requerimento nº 3/2026, de sua autoria, esclarecendo que a solicitação de informações ao Prefeito decorre da ausência de dados essenciais no Portal da Transparência do município. Destacou que, no exercício de sua função fiscalizadora, não localizou as informações necessárias, especialmente após apontamentos sobre a falta de produtos básicos nos banheiros durante o carnaval de 2026. Defendeu maior transparência e a devida alimentação do portal, a fim de garantir acesso claro e adequado às informações públicas pelos munícipes. O vereador Jackson Luiz concentrou sua fala em duas demandas prioritárias do município. Inicialmente, tratou da limpeza urbana e das condições de pavimentação, reconhecendo que houve avanços pontuais, mas destacando a necessidade de intervenções urgentes no asfalto e em bloquetes soltos, diante das recorrentes reclamações de danos a veículos, especialmente na Rua Domingos Virgulino de Lima. Solicitou maior atenção do Executivo e manifestou expectativa de que os novos contratados contribuam para solucionar o problema. Em seguida, abordou o aumento de cães em situação de rua, ressaltando que, apesar de haver tratativas com a clínica veterinária Agropet para realização de castrações, o serviço ainda não foi efetivado. Alertou que a ausência de medidas concretas tende a agravar o problema, enfatizando a necessidade de providências imediatas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão desejando uma boa noite a todos e ordenou que se lavrasse a presente ata, elaborada pela primeira secretária Bruna Renata, nos termos do inciso V do art. 35 do Regimento Interno desta Câmara Municipal a qual, após aprovada, poderá ser assinada por todos.